

Homossexualidades femininas: subjetividade e política –ST20

Autores: Valdir Jose Morigi

Vera Costa

Filiação Institucional: Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação/UFRGS

Palavras chave: lesbianismo, ciberativismo, visibilidade lésbica, Internet e cidadania

## O PAPEL DA INTERNET NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DA DIVERSIDADE

### 1 INTRODUÇÃO

Examinar o papel da Internet na ampliação do conceito de cidadania, envolvendo a diversidade e os direitos da sexualidade, significa considerar a ação política dos sujeitos que participam desta luta. Assim, ao refletir sobre o tema, é necessário levar em conta a imbricação dos conceitos subjacentes que fazem parte dessa discussão como, por exemplo, o caráter dos direitos civis e sociais e o papel das minorias e a visibilidade midiática na Internet. A reflexão envolve reconhecer que os embates discursivos e organizativos para a constituição desta cidadania acontecem na esfera pública, na qual o movimento lésbico vem construindo novos significados da diversidade. Este trabalho procura refletir sobre algumas características do ciberativismo do movimento lésbico no Brasil, a partir de uma lista de discussão e de um site próprio e tomando as mobilizações em torno da aprovação no Congresso Nacional do projeto de lei contra a homofobia.

O conceito de esfera pública vem sendo assumindo diversas significações<sup>1</sup>, mas aqui ela será tomada na concepção de Habermas, em sua formulação contemporânea, «[...] como uma *estrutura comunicacional* do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo »<sup>2</sup>.(HABERMAS,1997,p.92) [grifo do autor]. Ele propõe três tipos de esfera pública - a episódica, a de presença organizada e a abstrata - que permitem interligações. Denominadas de informais, são características das sociedades complexas e estão contidas numa esfera pública geral definida por sua relação com o sistema político nos estados constitucionais. Nestes estados, o princípio democrático garante a inclusão de novos temas dependendo da ação discursiva dos atores da sociedade civil. Neste sistema, a mídia cumpre um papel central, informando ou pautando os debates.

A Internet é uma destas esferas públicas informais citadas e requer algumas caracterizações imprescindíveis como mídia diferenciada das demais que instaurou uma designação: comunicação mediada por computador<sup>3</sup>. Instantânea e interconectada, nela são criadas redes de informação e

interação, alterando com as noções de tempo e espaço e substituindo a comunicação de emissor/recptores para todos/todos. E tão inusitada essa tecnologia comunicacional, que conceitos como veículo e suporte se mostram insuficientes, autorizando que interpretações mais abrangentes que a definem “[...] não como mais um intermediário entre emissores e receptores, mas um meio ambiente tecnologicamente constituído no qual se verificam relações comunicativas”. (ALBUQUERQUE, 2002, p.29). Ela comporta a informação e o debate simultâneos de temas diversos constituindo-se uma arena privilegiada - quebrando os discursos monopolistas da comunicação<sup>4</sup>- para a sociedade civil que pode conectar-se em escala global a partir de interesses específicos. Formam-se assim, as chamadas redes cívicas que devem ser vistas « [. ..] como 'arenas discursivas temáticas', locais de contestação, de argumentação e de deliberação »(MAIA, 2002,p.7). A autora, ao examinar a Internet como uma esfera pública virtual, ressalta que estas redes articulam discursivamente os próprios valores e interesses, oferecendo-os ao debate da sociedade civil.

## **2 MÍDIA, SOCIABILIDADES E CIBERATIVISMO**

À euforia inicial de que seria uma ciberdemocracia deliberativa interplanetária, a Internet vem se comprovando, não apenas como um espaço discursivo, onde concepções contra-hegemônicas circulam, rompendo o bloqueio das grandes corporações de mídia, mas também um valioso instrumento no ativismo político de grupos minoritários. Neste universo multifacetado, há convergências e encontros de interesses a partir do que eixo consensual identificado por Moraes (2001, p.126) como « [...]o fortalecimento da sociedade civil no processo de universalização de valores e dos direitos democráticos. Congregar aspirações e necessidades concretas ou simbólicas, promovendo ações em prol da cidadania ». Assim, a interligação entre os grupos não fica circunscrita ao espaço digital e suas ações transintam dele para o plano material e vice-versa na mesma velocidade que a economia globalizada impôs.

Nesta perspectiva, é importante considerar a sociabilidade na Internet, os espaços tecnologicamente diferenciados, como as listas de discussão, as salas de bate-papo (chats), os diários eletrônicos (weblogs), diários eletrônicos de fotos (fotologs) e o Orkut formam comunidades virtuais. Segundo Palácios (2000, on-line), essas comunidades compartilham de um sentimento de pertencimento, um projeto comum, a permanência, o caráter corporativo, a territorialidade e formas próprias de comunicação. Se tais aspectos caracterizam quaisquer comunidades do mundo físico, algumas delas são alteradas substancialmente no ciberespaço. A territorialidade não obedece à delimitação do espaço geográfico, mas pela condição de pertencimento a um grupo com projeto

comum. O espaço temporal (com exceção imperiosa nos chats) é determinado pela conexão do indivíduo à rede e não mais pelo acontecimento.

No espaço de sociabilidades na rede, é imprescindível destacar a ferramenta de correio eletrônico, uma forma de comunicação interpessoal, que foi a gênese de todo o processo de constituição da própria Internet e das ações comunicativas estabelecidas no meio digital. Os hábitos dos internautas merecem ser aqui ressaltados, pois instituem ações de comunicação importantes. O *hiperlink* que conduz o internauta pelos textos, sedimentou o hábito da navegação e, à medida que a tecnologia evoluiu, as excursões passaram a se dar entre as diversas ferramentas proporcionando um intercruzamento das informações. Assim, uma notícia divulgada em um site jornalístico abrigado num grande portal irá circular em blogs, poderá inspirar a fotografia num fotolog, migrará para uma lista de discussão de portal, será comentada no Orkut ou terá destino definido pelos correios eletrônicos individuais. Os intercruzamentos são múltiplos, ultrapassando as fronteiras geográficas e temporais. Na mídia Internet, os diferentes canais – dos sites noticiosos aos recantos da sociabilidade – se interalimentam de conteúdos e interações.

### 3 AS MINORIAS E NARRATIVAS DE SI:AS LÉSBICAS

Entre os espaços de sociabilidade e os sites de notícias, as vozes próprias do movimento lésbico se fazem ouvir numa atividade política que demarca diferenças e ressignifica conceitos, tensionando a esfera pública. Encaradas como um grupo minoritário, as lésbicas através da sua ação comunicativa, vêm mostrando como a rede é « um lugar de transformações ».

Conforme Sodré (2005, p.12), para quem as minorias não são um grupo mas « principalmente um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contra-hegemônica ». O autor enuncia quatro itens para caracterizar as minorias **que** explicitam a condição lésbica. A primeira delas é que as minorias apresentam uma vulnerabilidade jurídico-social não estando institucionalizadas nem contempladas nas políticas públicas. É o caso da legislação dos direitos de família voltados para o casal heterossexual (matrimônio, herança, seguridade social, adoção, etc) e do atendimento à saúde desconsiderando a especificidade<sup>5</sup>. A segunda se refere à identidade coletiva que se apresenta como em formação, *in statu nascendi*, se alimentando justamente do “ânimo e da força” inerentes a esta condição.

As outras duas características – a luta contra-hegemônica e as estratégias discursivas – marcam profundamente o lésbico, aqui tomado como entidade coletiva. Sem objetivo insurrecional de tomada do poder, através de ações discursivas elas questionam a heteronormatividade sexual que ocasiona sua estigmatização na sociedade, reforça a dominação e

sedimenta o poder hegemônico. Teóricas e militantes importantes como Gayle Rubin, Monique Wittig, Nicole-Dominique Mathieu, Teresa de Lauretis e Judith Butler ressaltam ser a sexualidade um produto socialmente construído, cuja prática binária não é determinada pelo corpo, mas naturalizada dentro dos aparatos sociais para reforçar a dominação patriarcal. É o sexo discurso de que fala Navarro-Swain (2000, p.77):

Este *sexo-discurso* produz desse modo corpos aos quais se atribui um sexo-significação de forma binária e normatizadora, em torno da procriação e em sexualidades diversas que não cessam de se referir ao sexo 'originário', o reprodutor. A *heterossexualidade compulsória* aparece assim como um mecanismo regulador de práticas e definidor de papéis, restritos aos desenhos morfológicos e genitais, isto é, à correspondência exata entre *sexo biológico/gênero* social que o lesbianismo e homossexualidade em geral, desmentem. [grifo do autor]

Ao discurso normalizador, os movimentos têm oposto o seu contra-discurso, questionando a regra estigmatizadora: exigem o reconhecimento da existência de sexualidades diversas. Neste percurso, a visibilidade midiática é essencial para que a esfera pública possa ser influenciada, como indicam as pauta de encontros que, sistematicamente incluem a visibilidade midiática como questão organizativa.<sup>6</sup> Por iniciativa do movimento lésbico gaúcho, o dia 29 de agosto, tornou-se o Dia da Visibilidade Lésbica em Porto Alegre (RS), fazendo parte do calendário oficial do município através do projeto de lei apresentado pela vereadora Margarete Moraes (PT) e aprovado em junho de 2005, gerando notas nos jornais locais sobre a programação em comemoração a data.

#### **4 CIBERATIVISMO LESBIANO BRASILEIRO**

O ciberativismo lésbico brasileiro traz as mesmas marcas que historicamente o movimento enfrenta na formação de identidade coletiva própria, ou seja: entre o gênero e a sexualidade. Quanto ao primeiro, o lesbianismo tem demandas comuns à pauta feminista e, a segunda, coloca-o na agenda da homossexualidade. Entre os dois pólos, a busca de uma identidade, tem levado o movimento lésbico a discutir a invisibilidade a que são submetidas numa e noutra esfera. Situadas neste lugar fronteiriço, elas partilham com as feministas da luta contra a opressão masculina na sociedade patriarcal desde os movimentos constituídos a partir dos anos 60, mas cuja pauta oblitera as questões lésbicas. O movimento homossexual, iniciado ao final desta mesma década, abriga as demandas da sexualidade e, no entanto, esconde as questões das relações de gênero. Entre um viés considerado heterocentrista e o outro patriarcalista, os movimentos lésbicos brasileiros – e também, a produção acadêmica<sup>7</sup> – ora, abrigam-se num ou noutro referencial enquanto constroem seu caminho.

O ciberativismo irá refletir essa situação. No quadro das comunidades, pesquisa realizada pelos autores no site *Yahoogroups.com.br* (Brasil), sob o parâmetro lésbicas indicavam, no início de abril de 2006, que das 158 listas de discussão existentes, cerca de 40 delas se dirigem exclusivamente às questões lésbicas como expressam suas criadoras. No entanto, poucas mantêm regular troca de mensagens, contando com número reduzido de membros divididas em assuntos de listas delimitadas em espaços geográficos (estados, regiões ou municípios), espiritualistas, entidades e ONGs e de encontros homoeróticos.

Outra característica é a presença de ativistas em várias listas ao mesmo tempo, garantindo assim a circulação dos mesmos assuntos de forma paralela. A mesma conduta esta presente nas listas abrigando gays, lésbicas, transgêneros, travestis e bissexuais e, com homens e mulheres identificando-se através da luta contra a homofobia. Marcadamente, os assuntos têm como pauta denúncias, informações de conquistas e organização das paradas. Existem poucos os sites exclusivamente lesbianos e os existentes revelam uma reduzida infra-estrutura capaz de mantê-los atualizados. Assim, sites genéricos dedicados reservam espaços próprios para as demandas lesbianas.

Para examinar o ciberativismo tomou-se como pauta um fato gerador: a tramitação do Projeto de Lei 5003/2001, que criminaliza a discriminação por orientação sexual em termos assemelhados a do racismo, no Congresso Nacional. O teor dos debates mostra o desânimo com as sucessivas alterações na ordem das votações retardando as datas previstas em função de outras prioridades dos parlamentares ou do governo federal.

Para exame do caso foi escolhida a lista da Articulação Brasileira de Lésbicas-ABL, com o endereço [AB-L@yahoogrupos.com.br](mailto:AB-L@yahoogrupos.com.br), criada em 4 maio de 2004 no YahooGroups e que, contava com 72 participantes ao final de junho. Dois critérios nortearam a escolha: é de um organismo de representação (não foi utilizado o critério de representatividade política) e a de manutenção de um site com endereço de domínio próprio: [www.orgulho.org](http://www.orgulho.org). A ABL se apresenta como uma rede nacional cujo objetivo principal é o de “[...] instrumentalizar novas lideranças lésbicas, promovendo a criação e manutenção de grupos e /ou núcleos de lésbicas” mas em grupos mistos. A atuação ficará focada em direitos humanos, cidadania, prevenção em DSTs /AIDS, hepatites, tuberculoses, redução de danos no uso de drogas “[...] e contra quaisquer formas de discriminação e violências contra Lésbicas.” A estratégia de atuação em grupos mistos é reafirmada com o objetivo de garantir

uma “Visibilidade Maciça e Direitos das e para Lésbicas. Nossa rede tem o objetivo de interagir com todas que trabalham / participam do movimento de LÉSBICAS”.

A participação nos movimentos gerais é expressa também na lista de discussão do grupo onde é orientada a assinatura da e-campanha (envio de assinaturas eletrônicas) promovida pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros –ABGLT ([www.abgl.org.br](http://www.abgl.org.br)) a ser entregue aos parlamentares numa pressão para aprovação do projeto de lei.Criada em janeiro de 1995 com 31 grupos. A entidade apresenta-se como uma rede nacional de 165 organizações, sendo 109 grupos de gays, lésbicas, travestis e transexuais, e mais 56 organizações colaboradoras voltadas para os direitos humanos e Aids.

## **6 CONCLUSÃO: POR UMA CIDADANIA DIVERSA E UNIVERSAL**

As ações descritas não se encerram em si mesmas, elas levantam claramente questões mais amplas que possibilitam transformar os estatutos vigentes de entender e praticar a cidadania. Este conceito, historicamente ligado à formação dos Estados-Nação, é um reconhecimento, pelo Estado, dos direitos e deveres dos seus integrantes numa afirmação de igualdade formal universalista. Em concordância com o clássico estudo de T.H.Marshall (1967), que classifica os direitos civis como as garantias de igualdade e de liberdade individuais; os direitos políticos como as garantias plenas de participação e exercício do poder e os direitos sociais como as garantias de bem-estar e segurança de acordo com os padrões prevalecentes na sociedade.

Na verdade, a presença crescente dos grupos “minoritários” no espaço da Internet, questiona o caráter “universalista” dos direitos vigentes como a explicitação de valores hegemônicos, que são exercidos de maneira coercitiva para manutenção do poder. O que as minorias reivindicam é a afirmação do direito à diversidade de suas diferenças, como salienta Barbalho (2005, p.30), “[...] exigem que o direito de exercer sua singularidade não implique, na prática, desigualdades (sociais, políticas, econômicas e éticas).” No que tange à sexualidade, o debate é igualmente do mesmo teor: refere-se das relações de poder que permeiam as diversas lógicas de exclusão social.

O território da sexualidade humana reflete o momento histórico das sociedades. Elas refletem manobras políticas e os vários interesses que estão em jogo na luta social. De acordo com Rubin (apud Adelman,2000, p.164): “Nesse sentido, o sexo é sempre politizado. Há, porém, períodos históricos nos quais a sexualidade é mais contestada e abertamente politizada. Nesses períodos, o domínio da vida erótica é efetivamente re-negociado”.

Hoje, esta renegociação é pauta da esfera pública, na medida em que os movimentos da homossexualidade organizam as mudanças na estrutura jurídica. No Brasil, a aprovação da lei contra homofobia é apenas uma parcela dessa transformação. O próprio sistema jurídico brasileiro, tem dado sentenças favoráveis a adoção de filhos por casais homossexuais, a guarda da prole em caso de morte ou separação dos parceiros, o recebimento de heranças pelo reconhecimento de uma relação estável. Isso demonstra que concepções sedimentadas estão ruindo e novas começam a se manifestar, expressas através do *direito democrático da sexualidade*, proposta pelo juiz federal Roger Raupp Rios, que os inscreve dentro dos princípios fundamentais dos direitos humanos, considerando as questões identitárias.

Nos princípios de liberdade e igualdade, valores que pautam a construção e as práticas da cidadania, também se inclui o direito à diferença onde os direitos sexuais de gays e lésbicas devem ser encarados como uma manifestação da diversidade cultural. A visibilidade de grupos lésbicos na Internet, possibilita a construção de novos sentidos ligados as relações de gênero, ao mesmo tempo em que traz novas discussões para a esfera pública. Assim, a cidadania passa a se estabelecer como forma concreta. As opções e as escolhas diferenciadas, por motivos de sexo, cor ou religião, que levaram múltiplas discriminações precisam ser encaradas pela sociedade e não julgadas como exceções ou simplesmente toleradas.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Afonso. *Os Desafios Epistemológicos da Comunicação Mediada por Computador*. Revista Fronteiras, vol IV nº 2, p. 29, São Leopoldo, 2002.

ADELMAN, Míriam. Paradoxos da Identidade na política de orientação sexual no século XX.. Revista de Sociologia Política, Curitiba, n.14, jun. 2000,p. 163-171.

BARBALHO,Alexandre. *Cidadania, Minorias e Mídia*. In : BARBALHO, Alexandre e PAIVA,Raquel, Comunicação e Cultura das Minorias, Coleção Comunicação, São Paulo, Editora Paulus, 2005.

CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

HABERMAS, Jurgen. *Direito e Democracia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,1997.

GOMES, Wilson Gomes. *Esfera pública política e media: com Habermas contra Habermas*. In: RUBIM, Antonio Canelas (org), Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos. Petrópolis:Editora Vozes,1998.

\_\_\_\_\_,Wilson. *Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política*.In MAIA,R e CASTRO,M.C.P.S(org.),Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas,Belo Horizonte,Editora UFMG, Coleção Humnitas, 2006.

MAIA, Rouseley C. M. *Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação*. Disponível em <http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/>,2002.

\_\_\_\_\_, Rouseley C..Redes cívicas e Internet, do ambiente informativo denso as condições de deliberação pública. In: EISENBERG, José e CEPIK, Marco (orgs.) *Internet e Política: Teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MORAES, Denis de. *Comunicação alternativa e redes virtuais: os movimentos sociais na Internet*. IN: Semiosfera, ECO/UFRJ, ano 2, nº 3, dezembro/2002.Disponível em: <http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/anteriores/semiosfera03/index.html>

\_\_\_\_\_, Denis de. *O concreto e o virtual-Mídia, Cultura e Tecnologia*, Rio de Janeiro, DP&a Editora, 2001.

\_\_\_\_\_, Denis de.*Mutações comunicacionais na era digital*.In, Revista Fronteiras-Estudos Midiáticos, Unisinos, São Leopoldo, vol três, nº 2,dezembro 2001, p.77-93.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. *O que é lesbianismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000. (Coleção Primeira Passos)

PALACIOS, Marcos. *Cotidiano e Sociabilidade no Ciberespaço: Apontamentos para Discussão*. Disponível em <http://www/facon.ufba.br/pesq/ciber/palacios>,2001.

RIOS, Roger Raupp.*Para um direito democrático da seuxualidade*.CLAM//IMS,2006,34p. Disponível em <http://www.clam.org.br/publique>,março/2006.



<sup>1</sup> Numa breve resenha, Wilson Gomes aponta cinco usos correntes: domínio daquilo que se pode falar abertamente; local de debate sobre temas de interesse comum; local onde temas são apresentados mas necessariamente não debatidos; domínio discursivo aberto para a conversação civil e como interação social, isto é, sociabilidade.

<sup>2</sup> Em seus últimos trabalhos, o autor reconfigura a concepção de uma única esfera pública, admitindo a multiplicidade de esferas públicas:

<sup>3</sup> Comunicação Mediada por Computador, designada por CMC nos estudos de Comunicação, engloba várias modalidades técnicas comunicacionais, interativas ou não, em que o suporte é a máquina digital. No caso da Internet, além do computador e diversos softwares, é exigido um complexo sistema de telecomunicações. É importante destacar que o desenvolvimento da tecnologia digital permite a convergência dos demais aparelhos – rádio, televisão, cinema, vídeo, etc, telefonia, etc- num único equipamento multimídia.

<sup>4</sup> Os grandes conglomerados de mídia hoje incluem as telecomunicações, mas sua ação ainda não consegue controlar os fluxos informacionais descentralizados da Internet, cuja arquitetura tecnológica de estrutura aberta é ironicamente um dos instrumentos fundamentais para o processo de globalização financeira. Ver Catells, in Sociedade em Rede, vol 1.

<sup>5</sup> A proibição explícita contra o casamento homossexual, seria dúbia segundo vários juristas pois o artigo 226 do Código Civil em nenhum momento diz tratar-se de uma exclusividade para os sexos opostos. A norma subjacente, da heteronormatividade, é que embasa e justifica a negativa. No caso do atendimento à saúde, somente em 2006 foram iniciados programas específicos na rede pública a partir de política nacional.

<sup>6</sup> O Seminário Nacional de Lésbicas-SENALE, em sua sexta edição de 18 a 21 de maio de 2006, dedicou espaço específico para traçar estratégias quanto à visibilidade na mídia.

<sup>7</sup> Revistas já existentes em impressos como a Cadernos PAGU, da Unicamp, e a Revista de Estudos Feministas, da UFSC, tem sua versão eletrônica como a Labrys, da UNB. Todas se identificam como revistas feministas e estão ligadas à núcleos de pesquisa da mulher das instituições. Sem publicações na Internet, mas com livros expressando análises apresentadas em seus congressos, a Associação Brasileira de Estudos da Homocultura –ABEH, reunindo professores, alunos de graduação e pós-graduação, profissionais, pesquisadores, se propõe a incentivar e realizar intercâmbios e pesquisas sobre homossexualidade, homoerotismo, estudos gays e lésbicos, bissexuais, transgêneros e teoria *queer*.